



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TATIANA DE JESUS DANTAS

**EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AO
SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

SALVADOR

2007

TATIANA DE JESUS DANTAS

**EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AO
SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Osmar Gonçalves Sepúlveda

**SALVADOR
2007**

Ficha catalográfica elaborada por Valdineia Veloso Conceição CRB 5-1092

Dantas, Tatiana de Jesus

D192 Empreendimentos de economia solidária: uma alternativa ao sistema de produção capitalista / Tatiana de Jesus Dantas. – Salvador: 2007.
59 p. ilustr. tab.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia) – UFBA/FCE

Professor Orientador: Dr. Osmar Gonçalves Sepúlveda

1.Economia solidária 2.Desemprego 3.Cooperativas I. Dantas, Tatiana de Jesus

CDD 306.3

TATIANA DE JESUS DANTAS

EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AO
SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Aprovada em julho de 2007.

Orientador: _____

Osmar Gonçalves Sepúlveda
Professor da Faculdade de Economia da UFBA

Antônio Plínio Pires de Moura
Professor da Faculdade de Economia da UFBA
da UFBA

Antônio Wilson Ferreira Menezes
Professor da Faculdade de Economia da
UFBA

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Osmar Gonçalves Sepúlveda, pela dedicação, incentivo, simpatia, paciência, enfim por não poupar esforços ao ajudar nas atividades relacionadas à elaboração desta Monografia de conclusão de Curso.

Aos colaboradores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia, por todos os esclarecimentos prestados e material de estudo fornecido.

As cooperadas da Coopercorte- Cooperativa De Mulheres Costurando Uma Realidade Diferente, por sua gentileza em prestar informações sobre sua experiência no empreendimento, inclusive algumas de caráter pessoal.

*Dedico este trabalho à minha mãe, Petrócia, por ser minha maior incentivadora, cujas palavras me impulsionaram a fazer sempre o meu melhor.
Meu agradecimento por todas as oportunidades concedidas, em especial a de me realizar, por meio dos estudos.*

RESUMO

Este trabalho objetiva expor como os projetos de Economia Solidária podem representar uma alternativa ao modo de produção capitalista, especialmente criando postos de trabalho e renda para pessoas que estão à margem do mercado formal. Para isso, primeiramente é analisada a necessidade dessa alternativa, tendo em vista o desemprego estrutural originado no sistema capitalista. Os conceitos de Economia Solidária são apresentados e relacionados aos projetos de cooperativas populares, exemplificados por um estudo de uma cooperativa em atividade na cidade de Salvador, Bahia. As conclusões mostram que apesar dos resultados serem ainda insuficientes para suprir as necessidades básicas dos participantes das cooperativas, os projetos geram diversos tipos de benefícios aos cooperados.

Palavras-chaves: Economia solidária. Cooperativas populares. Desemprego. Autogestão. Solidariedade.

Lista de ilustrações

TABELA 1- Taxa de Desemprego-RMs Abril/06 a setembro/2006.....	29
GRÁFICO 1-Taxa de Desemprego Aberto RMs1990/1999.....	29
TABELA 2- Quantidade E Percentual De Ees Por Unidade Da Federação/Região...37	
GRÁFICO 2- Formas de Organização das EES no Brasil.....	38
GRÁFICO 3- EES por ano de início	39
GRÁFICO 4- EES por ano de início nas grandes regiões.....	39
GRÁFICO 5- Motivos para criação das EES no Brasil.....	40
TABELA 3- participantes das EES no Brasil.....	40
GRÁFICO 6- Distribuição dos EES por Área de Atuação.....	41
GRÁFICO 7- Distribuição dos produtos por tipo de atividade.....	41
GRÁFICO 8- Abrangência das Trocas de Mercado.....	42
GRÁFICO 9- resultados financeiros.....	42
GRÁFICO 10- Remuneração dos participantes.....	43
GRÁFICO 11- Realização de Assembléias.....	44
GRÁFICO 12-Participação dos integrantes na Gestão.....	44
GRÁFICO 13- Dificuldades por Região.....	45
FIGURA 1-Instalações da Cooperarte.....	47
FIGURA 2-Peças de fardamento.....	47
FIGURA 3- Equipamentos da Cooperativa.....	47
FIGURA 4- Cooperada.....	50
GRÁFICO 14- Escolaridade Das Cooperadas.....	51
GRÁFICO 15- Faixa Etária Das Cooperadas.....	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO	11
2.1	O NASCIMENTO DO CAPITALISMO	11
2.2	A 1ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	13
2.3	AS GRANDES CRISES DO CAPITALISMO	16
2.3.1	I Grande Crise	16
2.3.2	O Capitalismo Monopolista	17
2.3.3	Imperialismo	18
2.3.4	II Revolução Industrial	19
2.3.5	A Crise de 1929 e a Teoria Keynesiana	19
2.4	O MOMENTO ATUAL	22
2.4.1	Economia do Conhecimento	23
2.4.2	Globalização e Neoliberalismo	23
3	O BRASIL E O CAPITALISMO GLOBALIZADO	26
3.2	O CAPITALISMO TARDIO BRASILEIRO	26
3.2	O BRASIL NO ATUAL CONTEXTO CAPITALISTA	27
4	ECONOMIA SOLIDÁRIA - CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS	32
4.1	ENTENDENDO OS CONCEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	32
4.2	O BRASIL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	36
4.2.1	Os Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil	37
5	ESTUDO DE UMA COOPERATIVA EM SALVADOR – A COOPERCORTE- COOPERATIVA DE MULHERES COSTURANDO UMA REALIDADE DIFERENTE	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO- ENTREVISTA INDIVIDUAL COM COOPERADOS	56

1 INTRODUÇÃO

Em função do fracasso do sistema econômico capitalista em criar empregos e distribuir mais eqüitativamente a renda, existe a necessidade de incentivar a criação de novos modelos de produção, que possam originar postos de trabalho e renda para quem não consegue se inserir com sucesso na competitividade do mercado de trabalho.

Essas pessoas, que se encontram à margem do mercado formal, e cujas tentativas de inserção são constantemente infrutíferas, têm buscado alternativas que lhe proporcionem ocupação e renda necessárias a sua sobrevivência.

Dentre essas alternativas, os empreendimentos de economia solidária ganharam destaque nos últimos anos, promovendo a forma coletiva de produção de bens e serviços, visando a geração de trabalho e renda para seus participantes, além de seu crescimento intelectual, profissional e pessoal.

O presente trabalho busca mostrar como os empreendimentos de economia solidária estão se transformando numa alternativa real para as pessoas que desejam trabalhar em cooperação mútua, com todas as vantagens e desvantagens que isso traz, testando a hipótese de que é um meio de organização da produção que pode trazer melhorias nas condições de vida dos participantes, levando em consideração, não somente o fator renda, mas outros menos tangíveis, como o crescimento intelectual.

Para isso, no primeiro capítulo foi percorrido o tradicional trajeto desde o fim do sistema feudal até o capitalismo mundializado e predominantemente neoliberal, que vivenciamos hoje em quase todo o mundo, chegando ao atual contexto econômico, com a insuficiência do capitalismo, na geração de emprego e renda.

O segundo capítulo passa então a mostrar como a economia brasileira se introduziu nesse cenário mundial, desde seu período colonial até a tentativa de implantar o neoliberalismo, como os países desenvolvidos, focando as conseqüências dessas ações para a sociedade.

Após esse tópico, no terceiro capítulo do presente trabalho, finalmente são apresentados os conceitos de economia solidária, com compilação de textos de diversos autores que têm se

dedicado ao assunto. É em seguida mostrado um estudo feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, acerca dos empreendimentos no país, ressaltando a importância que eles estão adquirindo, tendo o atual governo inclusive criado uma Secretaria para cuidar de assuntos relativos a eles, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Por fim, o quinto e último capítulo consiste em um estudo de caso, acerca da Coopercorte, um empreendimento baseado nos princípios da economia solidária, que foi elaborado mediante visita à cooperativa, com aplicação de questionário com as cooperadas, além de pesquisa oral, eletronicamente gravada com as participantes, cujos dados receberam tratamento estatístico, gerando conclusões quantitativas e qualitativas.

2 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO

2.1 O NASCIMENTO DO CAPITALISMO

É consenso entre a maioria dos autores que o nascimento do capitalismo está ligado fortemente à decadência do sistema feudal de produção. Este consistia em uma relação entre senhores e servos, baseada em obrigações e direitos, serviço e cessão de terras. O proprietário das terras (feudos) cedia-nas aos trabalhadores agrícolas, para que as cultivassem ou criassem gado nelas, tirando daí seu sustento. Em troca, por um determinado período de tempo faziam o mesmo em outra parte da propriedade, reservada para o senhor. Este contrato envolvia diversos outros detalhes, que não são relevantes para o presente trabalho. Ainda existia paralelamente à produção rural o artesanato, organizado hierarquicamente em guildas, sob o domínio do mestre artesão (BASTOS, 1996).

Segundo Marx o fim do Sistema feudal de produção teve como consequência a criação dos elementos fundamentais para consolidação do capitalismo: “A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (MARX, 1996, p. 340).

O Trabalhador somente pode dispor de sua força de trabalho depois que deixou de ser vinculado às propriedades feudais e deixou de ser servo. Pode então vender essa força de trabalho, e sendo livre para levar essa sua mercadoria a qualquer lugar onde houvesse mercado para ela. Porém, eles passaram a vender seu trabalho porque lhe foram tirados os meios de produção, oferecidos pelas antigas instituições feudais (MARX, 1996).

O grande senhor feudal criou uma grande massa proletária, quando expulsou violentamente os camponeses das terras, para transformar terras de lavoura em pastos para ovelhas, em razão da alta do preço da lã. Essa expropriação transformou ainda pequenos proprietários e arrendatários que produziam quase todo o necessário à sua subsistência em pessoas que tinham que ganhar a mesma trabalhando para os outros e seriam forçados a comprar toda mercadoria de que necessitassem. Cidades e manufaturas cresceram, pois mais pessoas buscando emprego eram impelidas para elas, além de formarem um mercado comprador essencial (MARX, 1996).

Muitos trabalhadores do campo, ao serem expulsos das terras foram transformados em vagabundos pela falta de ocupação, sendo então enquadrados por leis grotescas, por meio de açoite, ferro, brasa e tortura para quem não conseguisse exercer uma profissão, o que também foi útil à consolidação do capitalismo, segundo Marx:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (MARX, 1996, p. 358-359).

Os capitalistas industriais tiveram ainda que travar uma luta, vitoriosa, contra o poder feudal e seus privilégios, assim como contra as corporações e entraves opostos por estas ao desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem (MARX, 1996).

Quando o camponês que empobreceu no processo, perdendo ainda a proteção do senhor, precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, e a outra pequena parcela de camponeses enriquecidos se apropriam dela, utilizando para produção, se consolidam as condições básicas do sistema capitalista, enumeradas por Marcos Oliveira e Luciene Rodrigues (1999, p.19):

a)divisão de classes específicas:

trabalhador assalariado livre - aquele que não possui meios de produção e deve vender sua força de trabalho para sobreviver e sustentar os seus;

capitalista - aquele que possui os meios de produção e contrata assalariados para realização do trabalho. Seu lucro vem de exploração do trabalho alheio.

b)propriedade privada capitalista dos meios de produção:

livre – disponível para compra/venda, e trabalhada por assalariados.

A obtenção do lucro e a acumulação de capital passaram a ser perseguidos pelos produtores, que não o conseguiam através da compra de matéria prima e venda do produto aos preços ditados pelos comerciantes. Então buscaram uma nova fonte, a exploração do trabalho alheio (OLIVEIRA; RODRIGUES,1996).

Aqui cabe uma explicação de como se dá essa exploração, que pode ser compreendida através da teoria da mais-valia de Marx, resumida em frases curtas, por Leo Huberman:

O sistema capitalista se ocupa da produção de artigos para a venda, ou de mercadorias.

O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário encerrado na sua produção.

O trabalhador não possui meios de produção (terra, ferramenta, fábrica, etc.).

Para viver, ele tem de vender a única mercadoria de que é dono, sua força de trabalho.

O valor de sua força de trabalho, como o de qualquer mercadoria, é o total necessário à sua reprodução – no caso, a soma necessária para mantê-lo vivo.

Os salários que lhe são pagos, portanto, serão iguais apenas ao que é necessário à sua manutenção.

Mas, esse total que recebe, o trabalhador pode produzir em parte do dia de trabalho.

Isso significa que apenas parte do tempo estará trabalhando para si.

O resto do tempo estará trabalhando para o patrão.

A diferença entre o que o trabalhador recebe de salário e o valor da mercadoria que produz é a mais-valia.

A mais-valia fica com o empregador – o dono dos meios de produção.

É a fonte de lucro, juro, renda – as rendas das classes que são donas.

A mais-valia é a medida da exploração do trabalho no sistema capitalista (HUBERMAN, 1986, p.219-220).

Aumentar os lucros exige um constante aperfeiçoamento das condições de produção, pois a possibilidade de fazê-lo através de intensificação da jornada de trabalho e redução de salários tem claros limites, quais sejam, as próprias condições físicas humanas. Então, para expandir os lucros os capitalistas têm que criar formas mais eficientes de produção, o que leva a melhor organização do processo de produção, passando da manufatura para a incorporação de novas máquinas e equipamentos, iniciando o processo de crescimento do sistema, que se torna a regra geral, levando grandes empresários que tinham dinheiro acumulado a entrarem na produção industrial (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1996).

2.2 A I REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução Industrial se concentrou inicialmente na Inglaterra, porque no século XVII ela preenchia as principais condições necessárias, já que o capitalismo se encontrava consolidado, bem como desde as Revoluções Inglesa e Gloriosa, ele se encontrava protegido pelo Estado,

tendo em vista que o poder político dos burgueses foi elevado (OLIVEIRA; RODRIGUES,1996).

- ◆ A agricultura inglesa aumentava sua produtividade, conseguindo suprir a população não agrícola crescente, fornecer excedente de mão-de-obra para outros setores, e ainda fornecer capitais;
- ◆ Havia capitais acumulados e lucros (frutos do comércio, agricultura, etc.) disponíveis para investimentos;
- ◆ As relações pré-capitalistas já eram exceções ou em extinção. No campo já predominavam os arrendatários-capitalistas e na produção “industrial”, a manufatura. Isso criava condições para significativas transformações organizacionais e estimulava o início de uma revolução técnica;
- ◆ Existência de elevado contingente de mão-de-obra disponível, em grande parte provocada pelo cercamento das terras, que forçou a saída do campo de milhares de camponeses, para que os proprietários obtivessem lucros com arrendamento e venda.

Os ingleses então, para aplicar seus lucros e também conquistar mercados, já que eram a principal economia no comércio colonial, investiram em novas máquinas, tais como o tear mecânico, a máquina de fiar, as rodas d’água na indústria têxtil e a máquina a vapor.

O pioneirismo inglês é movido, portanto, muito mais por fatores econômicos. Hobsbawn descarta qualquer superioridade tecnológica ou científica dos ingleses como fator iniciador da Revolução Industrial:

Felizmente poucos refinamentos intelectuais foram necessários para se fazer a revolução industrial. Suas invenções técnicas foram bastante modestas, e sob hipótese alguma estavam além dos limites de artesãos que trabalhavam em suas oficinas ou das capacidades construtivas de carpinteiros, moleiros e serralheiros: a lançadeira, o tear, a fiadeira automática. Nem mesmo sua máquina cientificamente mais sofisticada, a máquina a vapor rotativa de James Watt (1784), necessitava de mais conhecimentos de física do que os disponíveis então há quase um século - a *teoria* adequada das máquinas a vapor só foi desenvolvida *ex post facto* pelo francês Carnot na década de 1820 - e podia contar com várias gerações de utilização, prática de máquinas a vapor, principalmente nas minas. Dadas as condições adequadas, as inovações técnicas da revolução industrial praticamente se fizeram por si mesmas, exceto talvez na indústria química. Isto não significa que os primeiros industriais não estivessem constantemente interessados na ciência e em busca de seus benefícios práticos (HOBSBAWN, apud SOARES, 2002, p.53).

As inovações tecnológicas aumentaram a produtividade de uma forma jamais vista antes, além da organização do sistema fabril ser bem mais eficiente, em grande escala e com sua divisão do trabalho (SOARES, 2002).

Para os antigos artesãos domésticos isso representou o fim gradual de seu modo de produção, como escreveu Leo Huberman:

(...) O sistema fabril, com suas máquinas movidas a vapor e a divisão de trabalho, podia fabricar os produtos com muito mais rapidez e mais barato do que os trabalhadores manuais. Na competição entre trabalho mecanizado e trabalho manual, a máquina tinha que vencer. E venceu-milhares de “pequenos mestres manufatores independentes” (independentes porque eram donos dos instrumentos do meio de produção) decaíram à situação de “jornaleiros, trabalhando por salário”. Muitos passaram fome durante longo tempo, antes de se resignarem, mas no fim tiveram de ceder (HUBERMAN, 1986, p.166).

O aumento da produção levou também à melhora de estradas, ferrovias, abertura de canais, já que havia a necessidade crescente de levar a produção até onde houvesse demanda (HUBERMAN, 1986).

Na sociedade industrial capitalista daquela época, a divisão entre ricos e pobres, que não era nova, se acentuou mais ainda. Os lucros dos ricos aumentavam cada vez mais, enquanto os pobres viviam um cenário de extrema miséria, um sofrimento que era agravado pelas longas horas de trabalho, e pela rígida disciplina do sistema fabril. Além disso, os donos das fábricas queriam pagar o mínimo possível, o que os levou a contratar mulheres e crianças, que podiam operar as máquinas e receber menos (HUBERMAN, 1986).

O uso cada vez maior das máquinas, em substituição da mão-de-obra dos trabalhadores, foi a principal causa do desemprego na época, criando uma “força industrial de reserva” necessária para o lucro do capitalista, que assim podia manter os salários miseráveis, além das condições deploráveis de trabalho (HUBERMAN, 1986).

Também, a desigualdade social decorreu da contradição fundamental da sociedade capitalista.- enquanto a produção em si é cada vez mais socializada, o resultado do trabalho

coletivo, é privado. A criação do produto é um processo cooperativo com milhares de operários trabalhando em conjunto. Mas o produto fica com os donos do meio de produção, os capitalistas. Daí a inevitável ocorrência de conflitos (HUBERMAN, 1986).

Isso está resumido em uma passagem de “O Capital”, de Marx:

Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada Capitalista mata muitos outros. Paralelamente a essa centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo de produção capitalista (MARX, 1996, P. 380-381).

Portanto, ao tempo que o crescimento da produção e evolução tecnológica trouxe prosperidade e desenvolvimento aos países que se organizavam dessa forma, o abismo entre capitalistas e assalariados aumentava, ou seja, a desigualdade social se acentuou no período.

2.3 AS GRANDES CRISES DO CAPITALISMO

2.3.1 I Grande Crise

A primeira grande crise conhecida pelo sistema capitalista ocorreu por volta de 1873/1875, e afetou vários países da Europa. Houve quebra de bolsas de valores e instituições financeiras em vários países. A produção e o emprego foram bastante afetados, principalmente nos setores metalúrgico e têxtil (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Essa crise, como aliás, qualquer uma das vividas pelo capitalismo, foi consequência de uma série de fatores, não de um motivo isolado.

A Inglaterra, pioneira da industrialização, começou a ter que enfrentar concorrência de outros países, que também desenvolveram seus sistemas fabris, aumentando a produção e lutando pelo mercado externo. Então depois de algum tempo o mercado começou a saturar (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Por outro lado, os trabalhadores começaram a se organizar, aos poucos e com muita luta conquistando alguns direitos, como aumento de salário real, diminuição da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho. Foram anos de reivindicações, greves, manifestações nas ruas, organizações sindicais e sangue derramado, pois obviamente, o capitalista não cederia uma parcela de seu lucro se não fosse obrigado a isso (BEAUD, apud OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Então a situação do mercado aliado à impossibilidade de utilizar o mecanismo de redução de salários para manter os lucros e continuar o processo de acumulação, resultaram em uma grande crise, conhecida como a I Grande Depressão. Ela teve importantes conseqüências para a transformação do capitalismo, pois para solucionar esses problemas da época, o sistema se utilizou de três mecanismos, que apesar de independentes, estão intimamente relacionados: o imperialismo, a II Revolução Industrial e Tecnológica e o Capitalismo Monopolista. Foram eventos que tiveram reflexos no mundo inteiro, perdurando até os dias atuais (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

2.3.2 O Capitalismo Monopolista

O Capitalismo monopolista foi resultado da concorrência, da insuficiência de mercado, e de oportunidades de alocar investimentos. Isso provocou uma série de fusões e incorporações de empresas, além do fim de muitas outras (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Huberman fala acerca do processo:

Negócio é luta. Pergunte aos homens de negócios. Ora, todos sabem que na luta os mais fortes vencem os mais fracos. (...) Marx, que provavelmente

nunca viu uma luta de boxe, tinha lugar permanente nessa luta continua entre os negócios. Assim a descreveu: A batalha da concorrência é disputada com o barateamento das mercadorias. O preço da mercadoria depende... da produtividade do trabalho, e essa, novamente, da escala de produção. Portanto, o capital maior derrota o capital menor... A concorrência... ... termina sempre com a ruína de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais parcialmente passam às mãos de seus vencedores, e em parte desaparecem.

A última frase indica haver uma diferença entre as lutas comuns e as lutas de negócios. Nas primeiras, o vencedor deixa o “ring” procurando conquistas novas e mais lucrativas. Na segunda, o vencedor antes de deixar o “ring”, age como um canibal. Engole o derrotado, e se retira mais forte do que nunca, pronto a enfrentar outros.

Quanto maior se torna, tanto mais difícil é derrotá-lo. (...) O vencedor se torna campeão. Ninguém pode enfrentá-lo – pelo menos, durante algum tempo. Os trustes se formaram da livre concorrência. (...) Os trustes foram se formando em toda parte, tentando colocar a ordem monopolista no caos da concorrência. Eram gigantescos. Eram eficientes. Eram poderosos (HUBERMAN, 1886, p. 240-241).

A concentração de capital cada vez maior, se desenvolve paralelamente à produção de escala, e também, resulta em maior mobilização de capital financeiro, juntando banco e indústrias. Esse processo é o incentivo para o imperialismo.

2.3.3 Imperialismo

Esse nasce como alternativa para continuar a expansão do capitalismo e da acumulação. É a forma encontrada pelos capitalistas para investir o capital excedente dos países mais ricos da época. Esses investimentos não tinham lugar entre eles mesmos, fazendo com que procurassem outros locais, as colônias. Elas serviram muito bem aos propósitos deles, sendo mercado para sua produção de escala, fornecendo matérias-primas e absorvendo os investimentos (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Essa “partilha” que os países ricos fizeram do mundo durou o quanto eles puderam, gerando confrontos que levaram a I Grande Guerra (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

2.3.4 II Revolução Industrial

Também em paralelo a esses acontecimentos, a II Revolução Industrial teve um papel fundamental, já que novos setores de produção foram criados, como o elétrico, motor à explosão, química, e transformação na produção de aço. Além disso, novas fontes de energia surgiram, como petróleo e gás. O resultado disso foi uma nova onda de acumulação e crescimento (SALM; FOGAÇA, 1998).

Essa difusão de novas tecnologias que teve lugar na segunda metade do século XIX, tornou a reconversão da mão-de-obra praticamente impossível para grande parte dos trabalhadores que precisariam se adequar à nova realidade da produção, ficando assim condenados ao “desemprego estrutural” (SALM; FOGAÇA, 1998).

Desde então já se observava a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho dos operários que por qualquer motivo perdessem seus empregos, pois começou a procura por pessoas mais capacitadas para a produção, com melhor nível de conhecimento.

Por outro lado essas transformações do capitalismo adiaram a formação de uma nova crise, por causa do grande aumento da produtividade.

2.3.5 A Crise de 1929 e a Teoria Keynesiana

A I Guerra causou uma época de prosperidade, devido às reconstruções, e também pelo enfraquecimento da classe trabalhadora no período. A acumulação continua até chegar à chamada superprodução (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Essa não era acompanhada por um crescimento compatível da demanda, já que a concentração de riqueza nas mãos de capitalistas era muito grande, e isso contraditoriamente impedia a realização de mais lucros, através do processo produtivo (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

A falta de oportunidade desse tipo de investimento levou os capitalista a investirem no mercado financeiro e na bolsa de valores, em busca de melhores taxas. Isso aumentou enormemente a demanda pelas mesmas ações, aumentando seu valor nominal, até não equivale mais ao valor real, baseado no patrimônio da empresa correspondente. Então acontece o famoso colapso da bolsa de 1929, levando muitos à ruína total, falência e desemprego (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Foi talvez a crise mais famosa da economia contemporânea, e causou transformações marcantes no capitalismo, que foram necessárias para reconstruir o mercado, baseadas principalmente na teoria de Keynes (RAMOS,2003).

Segundo Ramos, a crise de desemprego tornava as explicações dos teóricos do Modelo clássico pouco plausíveis, e nada práticas, para direcionar a intervenção dos gestores de política. Relacionavam o desemprego à rigidez nos salários reais, oferecendo poucas alternativas de ação na minimização do problema. Embora Keynes mantivesse ligações com a Teoria Neoclássica, rompeu com alguns de seus fundamentos, principalmente em dois pontos determinantes de sua teoria:

A primeira está vinculada à determinação do nível de atividade. Para Keynes, no curto prazo, a demanda determina a oferta e não o contrário (a oferta cria sua própria demanda), como no modelo clássico.

A segunda ruptura está relacionada com o nível de ocupação. Este seria determinado pelo produto e não pelos salários reais. Para Keynes, no mercado de trabalho não se determinavam salários reais senão salários nominais. Um governo ou um sindicato, por maior que seja seu poder, não pode determinar o poder de compra do salário senão, unicamente, o valor nominal do salário. Dessa forma, a existência de um salário mínimo ou de sindicatos com notório poder de barganha não podia ser desculpa para situações de desemprego. Nessa perspectiva analítica, o nível de emprego era determinado pelo nível de atividade e o salário real se ajustava (via inflação, por exemplo) (RAMOS, 2003, p.5).

A Teoria Keynesiana inverteu o conceito de causalidade. Nela os problemas de desemprego na economia de mercado não são fruto do mercado de trabalho, mas da redução da atividade econômica. O mercado de trabalho ocupa uma posição subordinada no modelo macroeconômico e o nível de emprego é um desdobramento do nível de atividade (RAMOS,2003).

O ponto de partida da Teoria Geral de Keynes é o princípio da procura efetiva. Segundo ele, o pleno emprego depende da demanda agregada e o desemprego é resultado de uma carência de demanda agregada. A demanda efetiva se manifesta principalmente pelo consumo. Quando o emprego aumenta, o consumo também aumenta, só que em uma proporção menor. Em consequência disso, para que haja uma demanda suficiente para manter o aumento do emprego, é necessário um aumento dos investimentos, o que manteria a demanda agregada em crescimento. Este é o princípio da teoria da demanda efetiva, e também o ponto central da teoria geral do emprego de Keynes (DILLARD, 1976).

A máxima de que a oferta cria sua procura (Lei de Say), significaria que todo aumento do emprego conduziria a uma quantidade adicional de rendimentos suficiente para induzir os empresários a oferecer o emprego adicional. Ela falha ao ser aplicada à procura de investimento. Pois, mesmo sendo fato que mais emprego origina mais renda, da qual parte será gasta em consumo, parte dela não será, não sendo possível prever ainda que a diferença seja gasta em investimento, já que parte pode ser poupada (DILLARD, 1976).

Para Ramos, essa ruptura com a teoria clássica, levou a uma nova maneira de lidar com a política econômica:

Se por um lado não existiam elementos que assegurassem o pleno emprego dos recursos nas economias de mercado, por outro o poder público poderia intervir, mediante ferramentas de política econômica (política monetária e/ou política fiscal) para induzir o sistema a situar-se próximo do pleno emprego.

(...)Essa disputa entre as perspectivas clássica e a keynesiana foi “vencida” por Keynes. A partir dos anos 30 e, especialmente, depois da década de 40, os países começaram a regular o nível de atividade de suas economias em torno do pleno emprego. Como sugeria o modelo keynesiano, variáveis monetárias e fiscais eram utilizadas para administrar o nível de atividade e não permitir que ele se situasse nem muito acima do pleno emprego (gerando pressões inflacionárias) nem muito aquém dele (resultando em patamares de desemprego elevados) (RAMOS, 2003, p.6).

Essas medidas consistiram basicamente em reduzir o liberalismo, antes dominante, para criar um Estado interventor, ou Keynesianismo, muito mais atuante, com programas de auxílio, recuperação e reforma. Nisto consistiu à base da teoria de Keynes e afins, que afirma a necessidade de atuação direta do Estado, com a finalidade de reduzir as desigualdades e o desemprego. Desta forma de intervenção o maior exemplo foi o *New Deal*, plano do

presidente americano Roosevelt, que também estimulou a economia com realização de obras públicas, criando emprego, renda e estimulando assim a demanda. Este serviu como referência para a recuperação da Europa e de todo mundo capitalista (RAMOS, 2003).

O *fordismo* também contribuiu para a recuperação com seu novo modelo de produção, salários mais elevados, e estímulo para o consumo em massa. Estas idéias na verdade já estavam disseminadas desde 1914, mas só repercutiram após a II Guerra, atingindo seu auge entre 1945 e 1970/80, época conhecida como “idade de ouro do capitalismo” (BEAUD, apud OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Essa época de prosperidade foi marcada pela reconstrução Pós-guerra, principalmente na Europa. Os EUA, maior patrocinador desses eventos, consolidaram sua hegemonia econômica, suprindo com sua produção as necessidades européias de bens de consumo e depois de capital (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Com a reconstrução do parque produtivo europeu a competição voltou a se intensificar, trazendo de volta os mesmos problemas, novas ondas de fusões incorporações, com novas estratégias empresariais, que fazem parte do capitalismo como podemos ver hoje.

2.4 O MOMENTO ATUAL

As crises ocorrem com certa freqüência no capitalismo, algumas mais marcantes como a crise do petróleo (1973/79), as dívidas externas dos países do terceiro mundo e as várias relativas ao mundo financeiro e as bolsas de valores. Para contê-las e garantir o contínuo crescimento do sistema três pontos são especialmente praticados, consistindo nas principais características do capitalismo do mundo moderno, que estão ligadas entre si:

2.4.1 Economia do Conhecimento

A Economia do conhecimento, também denominada por alguns III Revolução Industrial, se baseia em descobertas e utilização de novos produtos, novas fontes de energia, surgimento de novos setores, como: biotecnologia, microeletrônica, informática e telemática. Também é caracterizada pela reestruturação dos setores produtivos, como a disseminação do toyotismo, para citar um exemplo, que é uma produção em série mais flexível. Além disso, é cada vez de maior importância a gestão empresarial, que envolve somente conhecimento e empreendedorismo (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

Ela também incentivou novas formas de mobilização de mão-de-obra, como a terceirização, sub-empregada, trabalho em tempo parcial, emprego temporário, etc. Em síntese, sua marca tem sido a desestruturação do trabalho formal (OLIVEIRA; RODRIGUES, 1999).

2.4.2 Globalização e Neoliberalismo

Segundo Marcos Arruda, a globalização é quando o capital ultrapassa suas fronteiras nacionais, o que não é um fenômeno recente, mas adquiriu no mundo atual novas características:

A globalização é intrínseca à natureza do capitalismo desde a sua origem no século 15. A peculiaridade da atual etapa é a aceleração da globalização, baseada na inovação tecnológica e organizativa, lado a lado com as reformas neoliberais e ajustes em ambos os hemisférios. A forma competitiva de globalização se expande em três linhas complementares de crescimento: a) intensificação da competição entre grandes empresas e bancos, excluindo ou submetendo ao mesmo tempo firmas menos poderosas e Estados nacionais; b) enfraquecimento do poder dos Estados de controlar e regular os fluxos de capital; e c) o capital, as mercadorias e os mercados estão sendo globalizados, mas não o trabalho ou os seres humanos (ARRUDA, 1998).

Esse processo pode ser facilmente observado no mundo contemporâneo, onde as empresas compram matéria-prima onde é mais barato e levam suas fábricas para os territórios onde encontrarem menor custo de mão-de-obra e maiores incentivos. Os produtos são vendidos em toda parte do mundo, com cada vez menores restrições. Mas a tecnologia empregada nessa produção não é distribuída da mesma forma, mas preservado o monopólio enquanto possível. O capital financeiro pode ser aplicado também em qualquer país onde seja mais lucrativo para seu dono, resultando num mercado de especulação mundial, em que uma crise pode ter grandes repercussões.

Tudo isso torna a concorrência cada vez mais internacional, mais acirrada, já que as empresas têm que nivelar sua produtividade a nível mundial para permanecer no mercado mantendo e aumentando seus lucros.

Para o trabalhador todas essas mudanças no capitalismo trouxeram muitas conseqüências, já que implicam diretamente sobre o processo produtivo.

Com a disseminação do liberalismo, cada vez menos o Estado protege o trabalhador e intervém na economia, realizando reformas estruturais (como as reformas na previdência social, no sistema de saúde e de ensino), segundo o padrão de desnacionalização, desregulamentação e liberalização de mercados, como o único caminho para o desenvolvimento das nações, seguindo a cartilha de organizações mundiais como FMI, Banco Mundial. Essa desmontagem do estado de bem estar social têm correspondido a um crescente aumento do desemprego estrutural, do trabalho informal e precário, da subcontratação e dos contratos temporários (BALANCO; PINTO; MILANI).

Além de enfrentar dificuldade para conseguir um emprego, dado o cenário atual, mantê-lo é cada vez mais difícil. Frente a constantes mudanças, com um fluxo imenso de novas informações e inovações, o trabalhador se vê com a responsabilidade de manter o vínculo da estabilidade do emprego, o que acarreta a necessidade de adquirir constantemente novas habilidades (SINGER apud BALANCO; PINTO; MILANI).

Nesse novo contexto a valorização do capital requer um trabalhador polivalente, multifuncional, com conhecimento sobre todo o processo produtivo, o que é incentivado também pela organização produtiva, que investe mais pesadamente no treinamento e na

formação de sua força de trabalho, tornando o trabalhador que consegue permanecer empregado em parceiro do capital (BAIARDI ; MENDES).

Assim, do ponto de vista das empresas, nesse processo, os que conseguem estabelecer novas tecnologias e organização vencem a competição, cujo resultado tem sido concentração de renda (países e pessoas), e do ponto de vista do trabalhador, se observa sua cada vez menor participação na renda nacional, o que tem maior reflexo nos países periféricos, como o Brasil, que certamente competem em condições de desigualdade nessa economia mundial, com graves conseqüências para sua população.

3 O BRASIL E O CAPITALISMO GLOBALIZADO

3.1 O CAPITALISMO TARDIO BRASILEIRO

O Brasil colonial se inseriu no contexto de transição do feudalismo para o capitalismo, sob o domínio do capital mercantil, que proporcionou a geração de excedente que iria contribuir para a formação do capital necessário a implantação do modo de produção capitalista.

A forma de organização da produção desde a cana-de-açúcar até início da economia cafeeira, paralela ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, era contrastante a este, pelas restrições comerciais impostas às colônias, e também a escravidão, que era uma limitação do mercado consumidor (BASTOS,1996).

O fim da escravidão, que foi efetivamente fruto de pressões externas, com substituição pela mão-de-obra livre com baixíssimos salários (suficiente apenas para subsistência), não causou muitas mudanças imediatas, já que o Brasil continuou uma economia primário-exportadora, suprindo as necessidades de produtos industrializados através de importações (BASTOS,1996).

As primeiras indústrias surgiram no fim do século XIX, basicamente têxtil e alimentícia. Mas na primeira metade do século XX, as exportações tiveram seu valor reduzido e foram impostas restrições às importações, o que incentivou a produção interna. Iniciou-se o processo de industrialização brasileira com base em um modelo de “substituição de importações”, incentivado por políticas governamentais (BASTOS, 1996).

Entre 1956/1961 a indústria se desenvolveu, produzindo maior variedade de bens, incluindo duráveis de consumo e até alguns bens de produção. Também o governo aumentou sua participação nos investimentos, com grande aplicação dos recursos públicos no setor, mediante o “Plano de Metas”, do governo Kubitschek (BASTOS, 1996).

A partir de 1968 o Brasil vive o período conhecido como “Milagre Econômico”, com altas taxas de crescimento até 1974. Depois as taxas de crescimento começaram a se reduzir (BASTOS, 1996).

O que podemos concluir desse breve resumo é que o capitalismo brasileiro se originou de forma diferente da Europa, sendo fruto da inserção do Brasil na economia mundial, atuando, portanto em condições diferentes do mundo “desenvolvido”. Em grande parte porque foi tardio, obedecendo às muitas restrições impostas, se desenvolvendo somente quando em outros países o capitalismo já se transformava em monopolista e com enormes avanços tecnológicos. Como resultado temos um capitalismo diverso, subdesenvolvido e extremamente dependente.

3.2 O BRASIL NO ATUAL CONTEXTO CAPITALISTA

O Brasil, como quase todos os países da América Latina, tem adotado a política econômica neoliberal, em grande parte pela dependência financeira em relação aos países ricos, o que acabou abrindo espaço para intervenções indiretas na condução da economia do país. Marcos Arruda critica a postura dos Latino Americanos, ao aderir ao neoliberalismo:

No hemisfério Sul, os programas de ajuste neoliberal seguiram-se ao colapso financeiro das economias no início dos anos 80 sob o peso da dívida externa. Os governos tomaram empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional) em troca da renúncia ao direito soberano de decidir sobre as políticas macroeconômicas e o caminho de desenvolvimento dos seus países. Por duas décadas o Sul tem experimentado o **desenvolvimento de fora para dentro e de cima para baixo**, e o FMI e o Banco Mundial têm sido seus principais promotores. (ARRUDA, 1998,p.3)

Arruda explica ainda que nos anos 1990 os governos liberais intensificaram o processo de globalização nos países latinos, mantendo ligações com os países do norte e as instituições financeiras globais. Eles disseminaram a idéia de que crescimento econômico é conseguido através de uma imitação dos modelos dos países ricos, com a transformação de tudo em mercadoria, para serem negociadas no mercado capitalista (ARRUDA, 1998).

Ainda segundo Arruda, essa abordagem do desenvolvimento, ao contrário de resolver os problemas, gerou outros mais sérios, como por exemplo, o aumento de domicílios vivendo abaixo da linha da pobreza na América latina, que aumentou durante os anos 80, passando de 35% para 39% do total de domicílios. Cita ainda a questão da concentração de renda, que aumentou muito nos anos 90. Dados de 1998, do Brasil mostram que os 10% mais ricos controlavam 43% da renda do país, e os 40% mais pobres apenas 10% da renda nacional (ARRUDA, 1998).

Arruda ressalta que para seguir os passos propostos, ou impostos pelas instituições financeiras mundiais, os países subdesenvolvidos priorizam seu comércio externo, preterindo a preocupação com os problemas sociais como desemprego e desigualdade de renda, o que se aplica também ao Brasil (ARRUDA,2002).

Nesses países, a política econômica sugeridas pelo FMI, que em geral é de caráter recessivo, freia o crescimento econômico, direcionando a economia, no sentido de provocar excedentes de exportação, além de priorizar o pagamento da dívida externa, em detrimento da busca do pleno emprego e a melhora da qualidade de vida da população. Eles fazem então parte de um sistema aparentemente apoiado na economia de mercado, mas na verdade dominado pelo interesse corporativo do capital, pertencente aos grandes grupos financeiros e econômicos, que operam mundialmente, com interesses opostos aos da força de trabalho. “A mudança da configuração das classes sociais, no contexto da globalização do capital, não aboliu mas sim agravou como nunca antes o abismo entre capital e trabalho” (ARRUDA,2002).

Então, o capitalismo neoliberal tem se mostrado um fator a aprofundar o conflito de classes. Apesar de a divisão social do trabalho ter se modificado muito em relação ao início da globalização, isso não provocou a extinção do confronto entre capital e trabalho, mas ela ganhou proporções mundiais, provocando reações dos setores sociais que se sentem prejudicados, não só os relacionados ao mundo do trabalho, mas também mulheres, jovens e diversos grupos sociais (ARRUDA, 2002).

São frutos principalmente dessa política econômica as altas taxas de desemprego registradas em nosso país, como se vê no gráfico a seguir, que mostra o crescimento da taxa de desemprego no Brasil nos anos 1990, quando o capitalismo neoliberal foi amplamente influenciador da política macroeconômica brasileira.

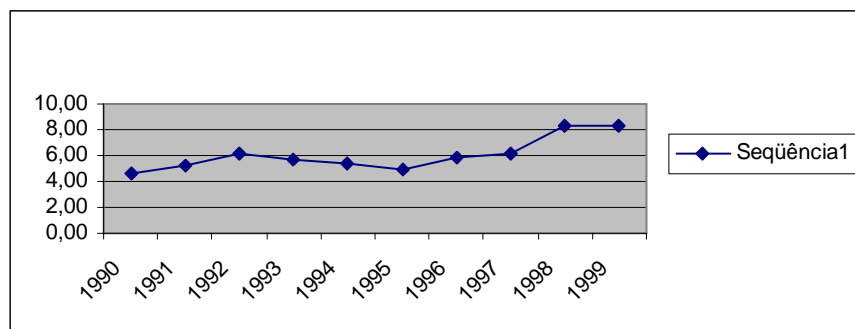


Gráfico 1 - Taxas de Desemprego Aberto/1990/1999/RMs

Fonte: IPEA

Dados relativos as regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Período de referência: 30 dias.

Segundo dados recentes do IBGE (setembro/2006), Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego, existem aproximadamente 2.300.000 (dois milhões e trezentos mil) brasileiros desocupados, somente nas regiões metropolitanas, representando uma taxa de desemprego de 10%:

Tabela 1- Taxa de Desemprego-RMs Abril/06 a setembro/2006

	abr/06	mai/06	jun/06	jul/06	ago/06	set/06
Recife	16,5	15	15,4	15,3	14,9	13,7
Salvador	13,4	13,5	13,5	14,4	14,3	13,6
Belo Horizonte	9,1	8,5	8,6	9,1	8,7	7,8
Rio de Janeiro	8,4	8,6	8,8	8,7	8,2	7,5
São Paulo	10,7	10,5	10,9	11,3	11,6	11,1
Porto Alegre	8,3	8,3	8,2	8,7	8,3	7,9
Total das áreas - PME	10,4	10,2	10,4	10,7	10,6	10

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego

Enquanto a política macroeconômica é ineficaz contra o desemprego, o Brasil oferece programas sociais de caráter atenuantes, como os atuais Bolsa-família, Bolsa-escola, etc., o que não muda o perfil social do país, nem supre as necessidades da parcela mais carente da população, que demanda muito mais assistência. Como expõe Márcio Pochmman:

Da mesma forma que uma cirurgia em determinado paciente exige a ação integrada de uma equipe (médico cirurgião, anestesista, enfermeiro, entre outros), a inclusão social constitui um processo com começo, meio e fim, que envolve a coordenação de múltiplas e transversais ações. Apenas o pagamento de uma bolsa de garantia de renda a uma família carente não permite, necessariamente, a plena inclusão, pois pode haver pessoas no interior desta mesma família com problemas psicológicos, de saúde, de dependência química, de baixa escolaridade, de transporte, entre tantas outras condições de exclusão social. Assim, a oferta de uma ação governamental isolada não é

suficiente para a ruptura do ciclo estrutural de pobreza no Brasil (POCHMAN, 2002).

Diante desse cenário, onde o Governo brasileiro pouco faz para modificar o atual quadro de desemprego, exclusão social, desigualdade da distribuição de renda, é necessário que sejam apresentadas novas alternativas para superação do problema. Principalmente idéias que criem emprego e renda para a população, já que as políticas macroeconômicas não têm se concentrado nesse problema.

Daí a importância de iniciativas como os projetos de economia solidária, que se organizam dentro das próprias comunidades, mudando esse quadro para muitas pessoas e tentando mostrar que o modo de produção capitalista não é a única alternativa possível para criar emprego e renda, como mostra Marcos Arruda:

(...) O caminho do **desenvolvimento de cima para baixo** apresenta o mercado capitalista como o único caminho racional de distribuir recursos escassos e riqueza na sociedade. A persistência de desigualdade, porém, convenceu a muitos de que as **comunidades locais** devem comprometer-se na solução de alguns dos seus problemas de sobrevivência, que o mercado é incapaz de resolver. Fundos do Estado são necessários, mas o objetivo principal é envolver as comunidades na superação dos seus problemas socioeconômicos, deixando os setores mais rentáveis para o grande capital privado e evitando a instabilidade social. Eles vêem o desenvolvimento comunitário como “um custo necessário”, ou uma “política compensatória” para que o setor privado continue fazendo lucros como sempre. Chamamos a este o **conceito compensatório** de desenvolvimento sustentável. E defendemos que só um **conceito emancipatório** trará resultados significativos para as comunidades de trabalhadores.

O fato é que o capital e o mercado capitalista ao longo da história mostraram-se incapazes de responder às necessidades mais profundas e mais sublimes da humanidade. O desafio para nós é, pois, reinventar a economia de forma que ela se adeque aos seres humanos que somos (...)(ARRUDA, 2002).

O modo como o sistema capitalista de produção atua no mundo, mais particularmente nos países subdesenvolvidos, criou um contingente de pessoas que se encontram à margem dele, não conseguindo inserção, por participar de um ciclo de pobreza, que começa principalmente na deficiente educação pública oferecida no país, demandando políticas mais práticas que as tentativas frustradas de transferência de renda que não solucionam nem os problemas mais imediatos, e são completamente sem efeitos duradouros.

Diante do quadro os projetos de Economia Solidária, se devidamente organizados e incentivados, podem constituir uma excelente alternativa na vida dessa parcela da população, gerando produção renda, além de incentivo profissionalizante.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA, CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS

4.1 ENTENDENDO OS CONCEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nos últimos anos surgiram muitos estudos a respeito do surgimento da economia solidária, bem como de seu desenvolvimento e disseminação a nível mundial, nacional, e regional. Esse interesse por parte dos estudiosos, mostra como é importante para a sociedade como um todo que essas alternativas de produção e trabalho sejam incentivadas devido a sua atuação junto às populações menos favorecidas no regime capitalista.

Diante de várias formas, iniciativas e tentativas de resolver ou minimizar esses problemas com ações sociais em diversos países, se desenvolveram vários conceitos e denominações para elas, o que pode causar certa confusão. Daí a necessidade de expô-los, com algumas características peculiares, para diferenciá-los. Os mais parecidos se aproximam da Economia Solidária são: o Terceiro Setor, a Economia social e a Economia Popular.

Segundo França Filho, 2002, o Terceiro Setor seria o “universo do privado, porém público”, herdeiro da tradição anglo-saxônica, impregnado pela idéia da filantropia norte americana. Isso o identifica como pertencente ao universo das organizações sem fins lucrativos, com uma ação redistributiva paralela à estatal. Além disso, elas possuem características peculiares essenciais, quais sejam: elas são independentes, formais, privadas, não devem distribuir lucros e devem comportar certo nível de participação voluntária.

A Economia Social é formulada em um contexto europeu, constituída de experiências associativistas, tem um passado comum com a Economia solidária, ou seja, o movimento operário associativista da segunda metade do século XIX, na Europa,, mas ao recusarem a autonomia do aspecto econômico nas suas práticas foram incorporadas à economia não mercantil praticada pelo Estado, ficando conhecidas como Economia Social, no qual o Estado-Providência é a base do enfrentamento dos problemas sociais e onde se desenvolve uma economia com fins sociais baseada em grandes fundações, associações e cooperativas, que atuam hoje, segundo França, como “apêndice do Estado” (FRANÇA FILHO,2002).

Já a Economia Popular seria oriunda do contexto latino-americano, identificado na verdade como um processo social que promove a aparição e expansão de inúmeras atividades produtivas e comerciais no setor de interiores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina, tendo, portanto tênue fronteira com a economia informal e se constituindo em “formas de sobrevivência da população mais pobre”, em que o registro da solidariedade está na base das atividades econômicas, praticamente como um prolongamento da solidariedade familiar ou comunitária (FRANÇA FILHO, 2002).

A Economia Solidária tem afinidades com os conceitos anteriores, mas também particularidades que a afirmam como conceito e práticas particulares. Consistiria, ainda segundo o mesmo autor, em “iniciativas apoiando-se sobre atividades econômicas para a realização de objetivos sociais que concorrem a ideais de cidadania”. Ela tem herança histórica comum com a Economia Social, ou seja, européia, e dá ênfase especial ao aspecto democrático da organização do trabalho, em que predominam o estatuto associativista e, em alguns casos, o cooperativista. As iniciativas de Economia Solidária articulam a dimensão econômica, social e política em uma só ação coletiva e são experiências que se abrem para o espaço público, no sentido da busca de transformações sociais amplas (FRANÇA FILHO, 2002).

Para Jean-Louis Laville, sociólogo francês, tanto na experiência francesa quanto brasileira, quando falamos de economia solidária, falamos de uma solidariedade democrática, ou seja, aquela que se baseia na auto-organização, na ajuda mútua (LAVILLE, 2002).

Cláudio Nascimento caracteriza a Economia solidária como o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao sistema capitalista (NASCIMENTO, 2003).

Já Arruda (2003), prefere a terminologia Socioeconomia Solidária:

Os que defendem a expressão socioeconomia solidária propõem esta noção abrangente com o melhor para identificar o objetivo maior da atividade econômica, e acrescentam o adjetivo a partir da necessidade que sentem de identificar o calor central que identifica o conceito e informa sua prática. (...) Sentido idêntico tem a proposta da “humanoeconomia”, feita pelo economista tcheco Eugen Loeb (1978: uma economia a serviço do humano). Economia solidária é a forma simplificada de referência à socioeconomia solidária.

Razeto (1985) é um dos primeiros autores latino-americanos a utilizar esta expressão e dar-lhe um vigoroso conteúdo ético: a frugalidade (organização racional do consumo no tempo) mais a generosidade (doação dos ativos excedentários), mais a cooperação (livre associação para trabalhar e justa distribuição) resulta em crescimento (bem-estar coletivo e qualidade de vida individual). Razeto sublinha a importância da democratização da economia e a complementaridade entre o que seriam os três setores essenciais da economia solidária: o intercâmbio, o regulado e o solidário (ARRUDA, 2003, P.27).

Para Paul Singer, economista, grande incentivador da Economia Solidária no Brasil, ela corresponde a um modo de produção cujos princípios básicos são a solidariedade, a propriedade coletiva ou associada do capital, e o direito a liberdade individual (SINGER, 2004).

Segundo Débora Nunes(2002), independentemente da terminologia utilizada para descrever essas iniciativas populares, algumas características básicas podem ser observadas nos empreendimentos de economia solidária, mesmo que não estejam presentes em todos eles, podendo servir de base de identificação:

- Motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, tanto nas de produzir e consumir bens e serviços, como nas de distribuí-los e comercializá-los;
- referências de êxito distintas daquelas do capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almejadas;
- processos de autogestão e autonomia, implicando lógicas de participação e estímulo ao engajamento;
- criatividade e soluções alternativas face aos problemas e negócios implementados, visando à inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas;
- preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes.

Singer destaca três pontos dos empreendimentos de economia solidária que para ele constituem os principais fundamentos da mesma. Ao escrever sobre o assunto em seu livro “Introdução à Economia Solidária”, ele frequentemente faz comparações com o modo de produção capitalista:

1. Solidariedade- segundo ele a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. Para ele ao contrário do modo de produção capitalista, trata-se de uma “associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”. Todos os sócios têm parcelas iguais do capital, e portanto o mesmo direito de voto nas decisões. Ninguém manda em ninguém. Não existe competição entre os sócios. Se o empreendimento for bem, acumular capital, todos ganham por igual. Se for mal e acumular dívidas, todos também participam por igual dos prejuízos.

2. Outra característica que para Singer é essencial à economia solidária é a repartição igualitária dos ganhos. Diferentemente das empresas capitalistas, onde os empregados ganham salários desiguais, conforme uma escala que basicamente reproduz o valor de cada tipo de trabalho, nos empreendimentos aqui estudados os *sócios* não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Quando as associações adotam esse último, geralmente a diferença entre as retiradas é pequena, com diferenças entre trabalho manual e mental, e em grande parte porque os trabalhadores ainda trazem e aceitam a hierarquia profissional a que foram acostumados no mundo capitalista.

3. Autogestão é mais uma peça chave para entender economia solidária. Segundo Singer, talvez a maior diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas. Enquanto a empresa capitalista aplica a heterogestão, a administração hierárquica, onde os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco sobre a empresa, além do necessário para o desempenho das tarefas, a solidária administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias. Quando maiores, os sócios devem eleger delegados por seção ou departamento, que se reúnam para deliberar em nome deles. Singer ressalta que para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios estejam a par do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para resolução de cada problema (SINGER, 2004).

Cláudio Nascimento acrescenta sobre autogestão:

Nesse sentido, a sociedade autogestionária é uma sociedade de experimentação social, que se institui e se constrói por si mesma. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um

movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social (NASCIMENTO,2003, p.5).

Os conceitos apresentados visam facilitar a compreensão de como atua um empreendimento de economia solidária, ou tudo que ele deve conter para ser considerado como tal.

Esclarecidos esses fundamentos, pode-se passar a exposição da experiência brasileira.

4.2 O BRASIL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi criada em junho de 2003, com o objetivo de fortalecer e incentivar as iniciativas de Economia Solidária no Brasil.

Para isso logo sentiram a necessidade de mapear as atividades da categoria já existentes no país, no que se reuniram a diversas entidades, como universidades e militantes sociais, que visitaram cerca de quinze mil empreendimentos, no segundo semestre de 2005, em todas as unidades da federação, abrangendo 2.274 municípios, buscando informações sobre a trajetória das organizações, sua atividade econômica, forma de gestão, dificuldades, e demanda (BRASIL , 2006).

Na pesquisa foram considerados Empreendimentos de Economia Solidária:

- a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos

populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (BRASIL, 2006, P.13).

Os dados obtidos constituíram o banco de dados do SIES, Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, tendo sido publicados sob o título “Atlas de Economia Solidária no Brasil”, de onde foram retiradas as informações abaixo reproduzidas.

4.2.1 Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil

A) Quanto ao n° de Empreendimentos

O estudo do SENAES identificou 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em 2.274 municípios brasileiros. Em escala regional é possível observar uma maior concentração dos EES na região Nordeste, reflexo das condições sociais e de trabalho na região, representam 44% dos empreendimentos. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul.

TABELA 2 - Quantidade e Percentual de EES por Unidade da Federação/Região-2005

UF	N° EES	%EES	N° DE MUNICÍPIOS	%MUNICÍPIOS/TOTAL DOS MUNICÍPIOS
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	64	60%
<u>NORTE</u>	<u>1884</u>	<u>13%</u>	<u>254</u>	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	106	7,1%	63	37%
CE	1249	6,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	46	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1096	7,3%	153	37%
<u>NORDESTE</u>	<u>6549</u>	<u>44%</u>	<u>861</u>	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
<u>SUDESTE</u>	<u>2144</u>	<u>14%</u>	<u>389</u>	<u>23%</u>

PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1634	10,9%	270	54%
<u>SUL</u>	<u>2592</u>	<u>17%</u>	<u>512</u>	<u>43%</u>
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
<u>CENTRO-OESTE</u>	<u>1785</u>	<u>12%</u>	<u>258</u>	<u>53%</u>
TOTAL	14954	100%	2274	41%

Fonte: BRASIL

B) Formas de organização

A pesquisa mostra que os empreendimentos econômicos solidários estão divididos em: cooperativas, associações, grupos informais e outros (Sociedades Mercantis etc.), sendo que a maior parte deles está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos Grupos Informais (33%), Organizações Cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%).

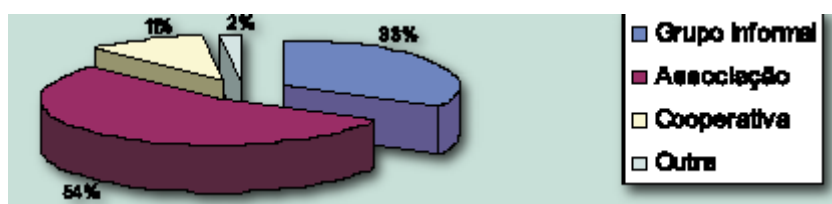


Gráfico 2- Formas de Organização das EES no Brasil-2005

Fonte: BRASIL

C) A Trajetória da Economia Solidária:

As pesquisas do SENAES mostraram que o fenômeno da Economia Solidária é bastante recente. A grande maioria dos empreendimentos começou a funcionar na década de 1990, com lento progresso na década atual. Além disso, percebe-se que os grupos informais apresentaram uma maior taxa de crescimento após a metade da década de 1990, enquanto as associações apresentam uma redução da sua expansão e o número de novas cooperativas se mantém relativamente estável. O crescimento da Economia Solidária parece ser muito semelhante em todo o Brasil, apesar das diferenças econômicas e sociais, refletindo o período de pouco crescimento nacional.

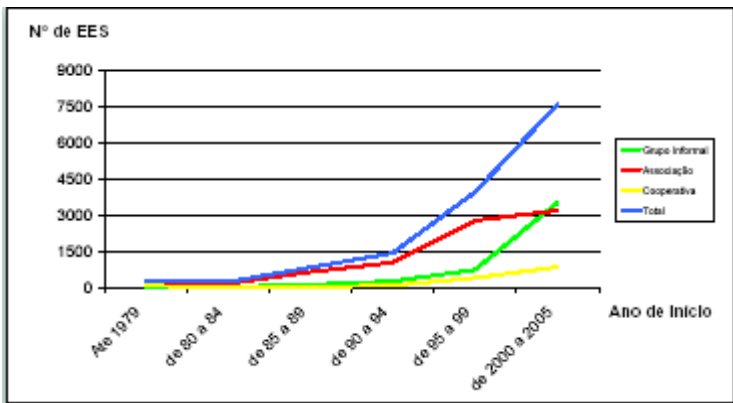


Gráfico 3- EES por ano de início-1979/2005 nas grandes regiões
Fonte: BRASIL

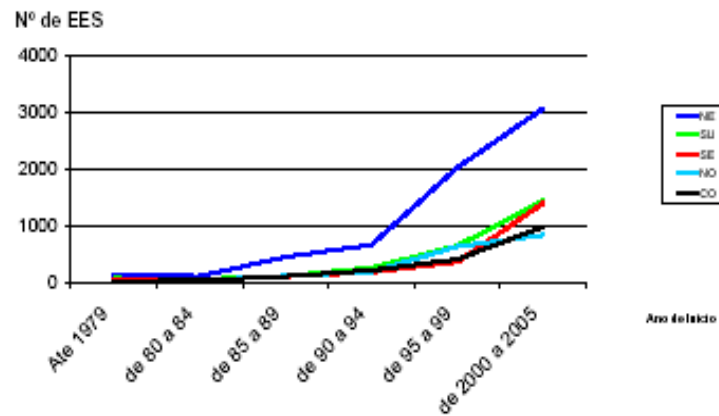


Gráfico 4- EES por ano de início-1979/2005
Fonte: BRASIL

D) Motivo de Criação

A maioria dos empreendimentos é criada como uma alternativa ao desemprego para os participantes (45%), 44% servem de complemento da renda para os sócios e obtenção de maiores ganhos (41%). Dois outros motivos são destacados : possibilidade da gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso a crédito (29%). Essa situação modifica-se de acordo com as várias regiões. O motivo “alternativa ao desemprego” é o mais citado nas regiões Sudeste (58%) e na região Nordeste (47%). Por sua vez, na região Sul o motivo mais citado é a possibilidade de “obter maiores ganhos” (48%) e “fonte complementar de renda”(45%). Nas regiões Norte e Centro-Oeste, o principal motivo citado é o “complemento de renda” (46% e 53% respectivamente).

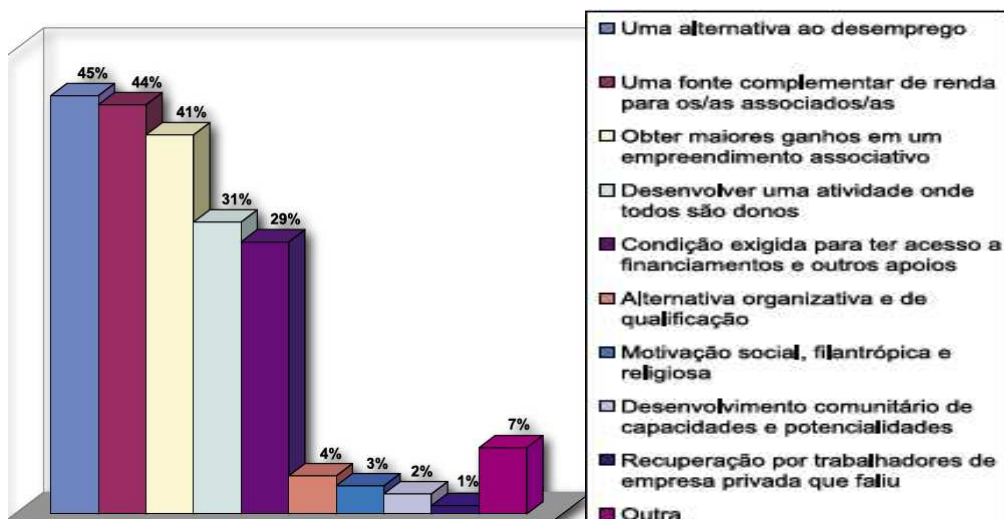


Gráfico 5 - Motivos para criação das EES no Brasil-2005
Fonte: BRASIL

E) Participantes nos EES

São integrantes de empreendimentos econômicos solidários no Brasil mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, resultando em uma média de 84 participantes por EES. A este conjunto agrega-se mais 25 mil trabalhadores e trabalhadoras participantes que, embora não-sócios, possuem algum vínculo com os EES.

Tabela 3– Participantes das EES no Brasil-2005

REGIÃO		MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL
NO	Rural	22.292	34,5%	42.265	65,5%	65.557
	Urbano	15.262	59,1%	10.578	40,9%	25.840
	Rural e Urbano	13.933	38,4%	22.372	61,6%	36.305
	Total	<u>51.493</u>	<u>40,6%</u>	<u>75.235</u>	<u>59,4%</u>	<u>126.728</u>
NE	Rural	95.599	37,3%	160.365	62,7%	255.964
	Urbano	42.941	50,4%	42.262	49,6%	85.203
	Rural e Urbano	40.019	37,9%	65.478	62,1%	105.497
	Total	179.058	40%	268.477	60%	447.535
SE	Rural	10.692	30,6%	24.219	69,4%	34.911
	Urbano	24.258	47,7%	26.619	52,3%	50.877
	Rural e Urbano	9.733	25,1%	29.003	74,9%	38.736
	Total	<u>44.729</u>	<u>35,9%</u>	<u>79.910</u>	<u>64,1%</u>	<u>124.639</u>
SU	Rural	28.901	27,2%	77.310	72,8%	106.211
	Urbano	26.773	34,9%	49.887	65,1%	76.660
	Rural e Urbano	72.551	28,4%	183.127.	71,6%	255.678
	Total	<u>128.295</u>	<u>29,2%</u>	<u>310.400</u>	<u>70,8%</u>	<u>438.695</u>
CO	Rural	10.577	28,4%	26.698	71,6%	37.275
	Urbano	18.118	59,7%	12.213	40,3%	30.331
	Rural e Urbano	18.389	39,4%	28.267	60,6%	46.656
	Total	<u>47.088</u>	<u>41,2%</u>	<u>67.197</u>	<u>58,8%</u>	<u>114.285</u>
TOTAL	Rural	166.061	33,7%	330.857	66,3%	498.918
	Urbano	127.352	47,4%	141.559	52,6%	268.911
	Rural e Urbano	154.625	32%	328.247	68%	482.872
	Total	450.663	36%	801.219	64%	1.251.882

Fonte: BRASIL

F) Área de atuação

Metade (50%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando as regiões, importantes observar as diferenças regionais quanto a isto, já que na região Sudeste a maioria dos EES (60%) atua na área urbana e nas regiões Norte e Nordeste a participação dos EES que atuam exclusivamente na área rural está acima da média nacional (57% e 63% respectivamente).

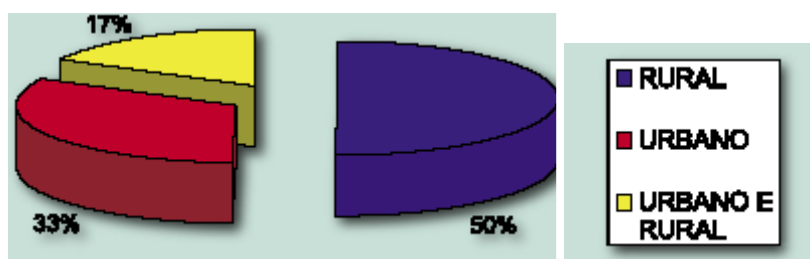


Gráfico 6- Distribuição dos EES por Área de Atuação-2005

Fonte: BRASIL

G) Produtos e serviços

As atividades desenvolvidas pelos EES resultam numa variedade muito grande de produtos e serviços. Sua distribuição geográfica pelos municípios e regiões é bastante diversa, sendo que algumas atividades têm maior concentração territorial e outras são mais dispersas. Os produtos mais citados pelos EES são aqueles relativos às atividades agropecuárias, extrativista e pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%).

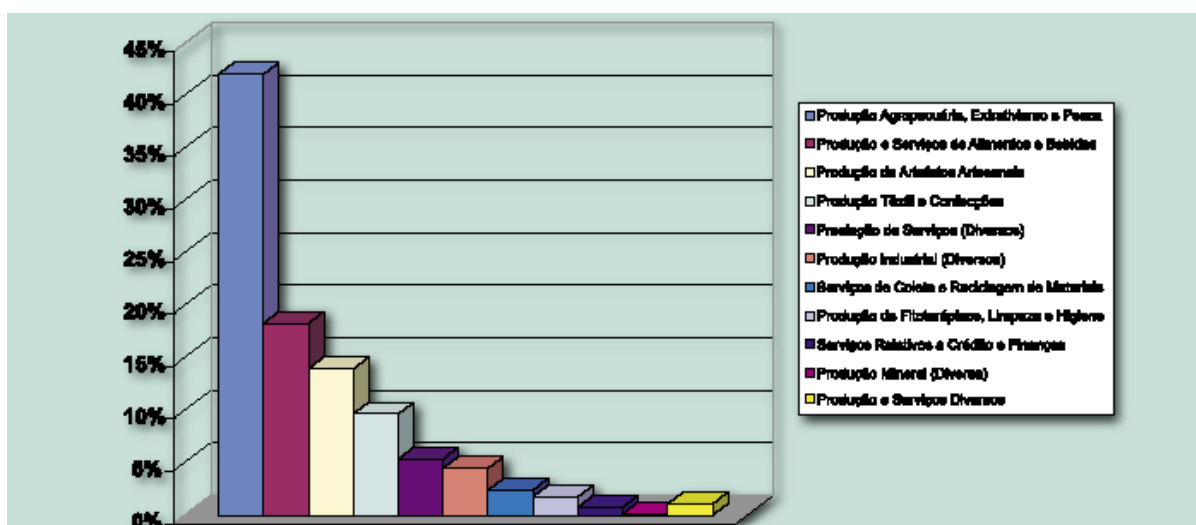


Gráfico 7 - Distribuição dos produtos por tipo de atividade

Fonte: SENAES

H) Comercialização

A grande maioria dos produtos e serviços dos EES é direcionada para os espaços locais. 56% dos EES afirmaram vender ou trocar produtos e serviços no comércio local comunitário e 50% em mercados ou comércios municipais. Apenas 7% dos EES afirmaram que o destino de seus produtos é o território nacional e 2% que realizam transações com outros países.

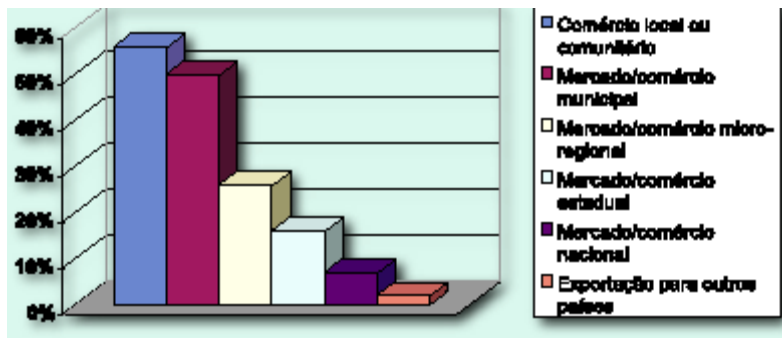


Gráfico 8 Abrangência das Trocas de Mercado-2005

Fonte: BRASIL

I) Resultados financeiros

A maioria dos EES consegue obter sobras em suas atividades econômicas (38%) enquanto que somente 16% dos empreendimentos são deficitários, isto é, não obtiveram faturamento suficiente para pagar as suas despesas e 33%, embora não obtendo sobras, conseguiu pagar as despesas realizadas. 13% dos EES não são organizados com vistas a obtenção de resultados financeiros ou não informaram.

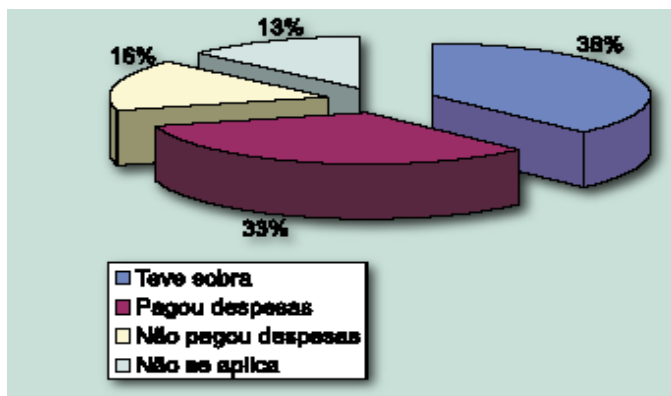


Gráfico 9 resultados financeiros-2005

Fonte: BRASIL

J) Remuneração

Dos 14.954 empreendimentos 8.870 (59,3%) informaram a remuneração dos sócios. Deste total, 50% apresentam remuneração com valor até meio salário mínimo (SM). Em 26,1%, a remuneração é de meio a um SM, totalizando 76,1%. Este dado deve ser compreendido à luz das motivações que originaram os EES, pois para muitos empreendimentos a razão de sua existência está na possibilidade de complementação de renda dos associados. Considerando a situação regional, a região Sul apresenta uma participação proporcionalmente menor em relação à média nacional nas faixas inferiores de renda, diferentemente da região Nordeste, onde a participação está acima da média nacional.

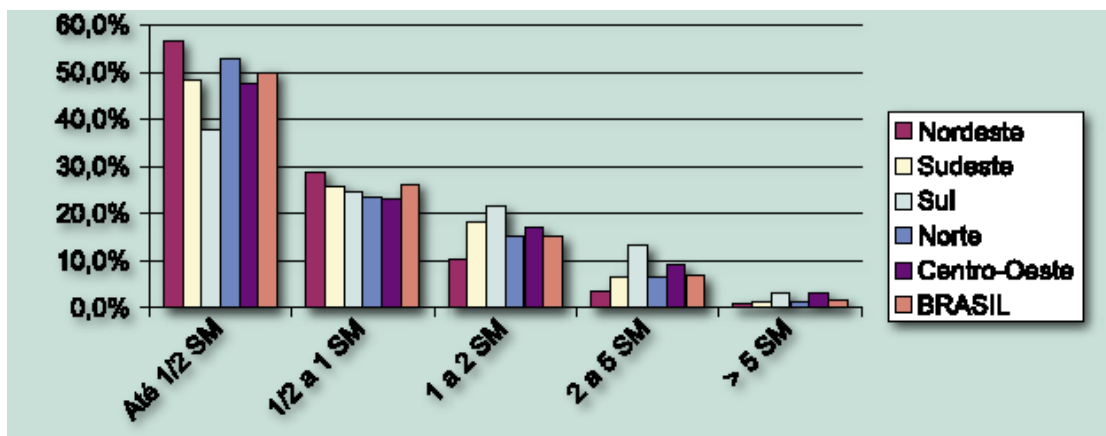


Gráfico 10- Remuneração dos participantes-2005

Fonte: BRASIL

L) Gestão Coletiva

Um indicador importante para avaliar a participação dos sócios nos EES é a periodicidade de realização das assembléias ou reuniões. 79% dos EES afirmaram realizar assembléias ou reuniões com periodicidade de até 3 meses, sendo que 49,2% realizam assembléias ou reuniões mensalmente, 10,5% semanal ou quinzenalmente e 11,2 bimestral ou trimestralmente. Na região Nordeste o destaque está na participação da periodicidade mensal (64,7%) e na região Sudeste, a periodicidade semanal ou quinzenal (21,1%) está acima da média nacional. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, a periodicidade anual ou superior destaca-se em relação à média nacional (24,9% e 28,0%, respectivamente).

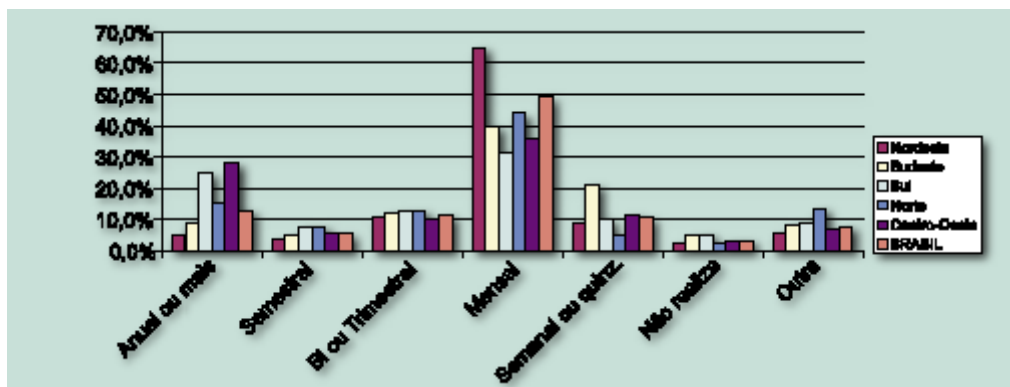


Gráfico 11 – Realização de Assembléias-2005

Fonte: BRASIL

A participação dos sócios e sócias nos EES, ocorre principalmente nas decisões cotidianas e na escolha da direção. 66% dos EES afirmaram existir mecanismos de participação nas decisões cotidianas e 62% afirmaram existir mecanismos de participação para eleição da diretoria. 62% afirmam que a prestação de contas é realizada em assembleias e reuniões e 60% afirmam que os sócios e sócias têm acesso aos registros e informações do EES.

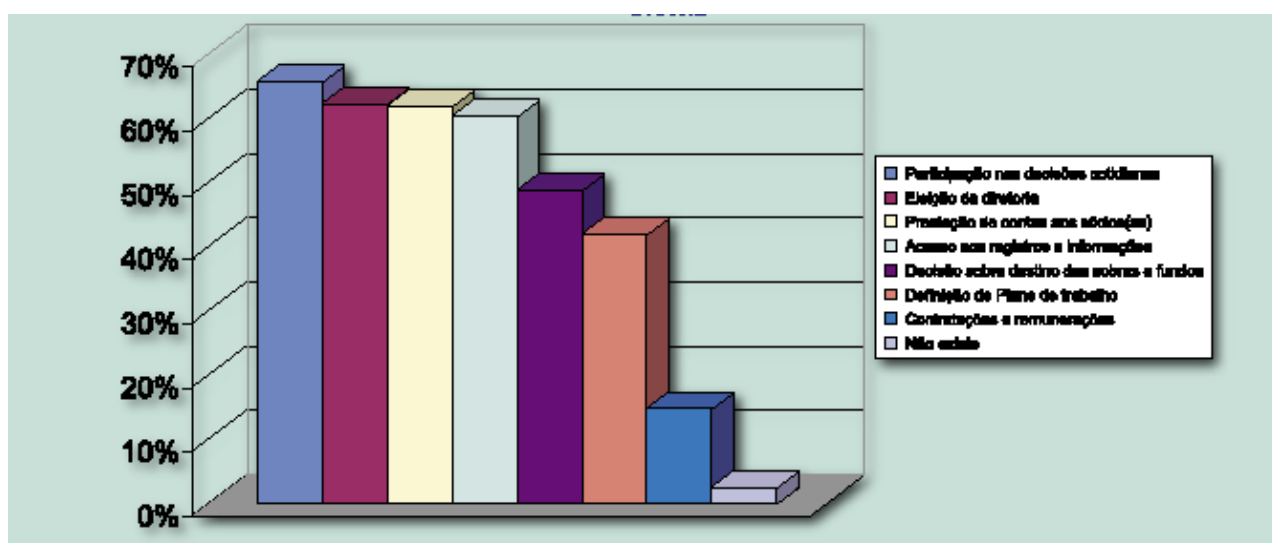


Gráfico 12 - Participação dos integrantes na Gestão-2005

Fonte: BRASIL

M) Principais Dificuldades

Quanto às dificuldades enfrentadas, constata-se que 61% dos EES afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso a crédito e 27% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica. A região Norte está acima da média nacional em todos os itens

(68% comercialização, 54% crédito e 34% apoio ou assistência). A região Nordeste destaca-se pela dificuldade de crédito (58% dos EES) e a região Centro- Oeste pelo não acesso a apoio ou assistência técnica.

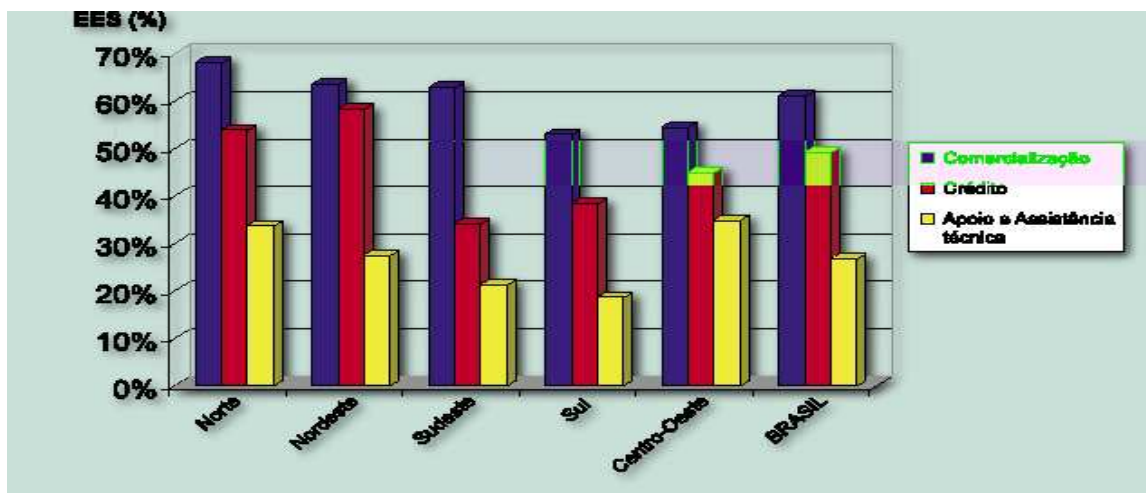


Gráfico 13- Dificuldades por Região-2005

Fonte: BRASIL

Os dados do estudo feito pela SENAES apontam que nos últimos anos os empreendimentos de economia solidária cresceram no país, em número e amadurecimento, mostrando seu potencial inegável na geração de emprego e renda, mesmo com suas pequenas dimensões e grandes dificuldades. Têm se formado a cada dia novas cooperativas e associações dentro de seus moldes de igualdade de autogestão, principalmente nos pontos onde o desemprego é maior e mais contínuo, como o Nordeste.

Para quem já não tem perspectiva de um emprego no mercado formal de trabalho, ou ainda para quem valoriza participar de uma forma de produção mais igualitária e menos competitiva, essa alternativa merece ser avaliada.

E ainda, em um país como o Brasil, onde a desigualdade social é gritante, uma forma de produção que pode ser organizada pela população mais carente, trazendo crescimento para as comunidades, se receber a devida atenção e incentivo, pode representar melhora na condição social e econômica de um número expressivo de pessoas.

5 ESTUDO DE UMA COOPERATIVA EM SALVADOR- A COOPERCORTE- COOPERATIVA DE MULHERES COSTURANDO UMA REALIDADE DIFERENTE

A Coopercorte é uma cooperativa popular formada por mulheres do Bairro Alto da Bola, que atua na área de confecção, atualmente com 12 cooperadas participando.

Sua origem se deu no ano de 2002, quando essas mulheres participaram de um projeto do CECOM- Centro Comunitário Batista Clériston Andrade, ramificação da ONG Visão Mundial, que proporcionava uma creche para seus filhos, com assistência médica e odontológica.

Além disso, o projeto ajudava as famílias participantes, de acordo com a necessidade de cada uma, fornecendo remédios, cestas básicas e até material de construção.

A assistente social do projeto, interessada em ajudar mais as famílias carentes da comunidade, colocou para as mulheres a possibilidade de gerarem renda para suas famílias através do trabalho conjunto.

Abraçando essa idéia, elas se decidiram por montar uma cooperativa de costura, já que algumas delas já faziam esse serviço artesanalmente, em suas próprias casas e poderiam ensinar as outras. A partir daí, começaram a se reunir, para construir o projeto, e obter ajuda para sua implantação.

O apoio que receberam de várias instituições foi decisivo para a montagem da cooperativa. Do ponto de vista financeiro, o próprio CECOM ajudou muito, pagando aluguel de um espaço no primeiro ano de funcionamento, comprando máquinas de costura industriais, utilizadas pela cooperativa em regime de comodato, e fornecendo matéria prima. Além disso o CECOM fez diversas encomendas de fardamento e outras peças, necessárias em seus eventos, se tornando cliente das cooperativas.



FIGURA 1-Instalações da Coopercorte
Fonte: Elaboração própria



FIGURA 2-Peças de fardamento
Fonte: Elaboração própria

Outro apoio financeiro decisivo foi obtido através de um projeto da Petrobrás, direcionado para esse tipo de iniciativa, que proporcionou a Coopercorte adquirir máquinas de costura industriais próprias, uma mesa de corte apropriada, um ferro de passar roupas industrial, e diversos outros objetos necessários para o processo de costura e acabamento das peças.



FIGURA 3- Equipamentos da Cooperativa
Fonte: Elaboração própria

A Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade do Estado da Bahia foi também peça chave no processo. Em resumo, trata-se de um grupo, que como o nome sugere, auxilia na montagem de cooperativas, desde o projeto inicial, até que os cooperados possam administrar os empreendimentos sozinhos.

Esse auxílio consiste em orientação geral sobre empreendimentos desse tipo, ajuda na captação de recursos, cursos de capacitação na área escolhida de atuação e outros cursos que possam auxiliá-las. Além disso, os profissionais do ITCP acompanham a evolução da cooperativa cotidianamente, participando das reuniões, das decisões e todo o processo diário de crescimento e dificuldades enfrentadas, mantendo, contudo a autonomia das cooperadas em decidir os rumos do empreendimento.

Com o auxílio da Incubadora, as participantes da cooperativa tiveram diversos cursos e palestras, desde orientação sobre em que consiste o sistema da Economia solidária, autogestão, administração, informática, até os que envolviam a produção em si, como curso de costura industrial, corte e costura, etc..

Como a maior parte dos pedidos que elas recebiam eram na área de fardamento, decidiram se especializar neste ramo da costura, como, aliás, consta da inscrição da cooperativa, sendo desse tipo de peças grande parte de sua produção.

Posteriormente, em face de uma redução na demanda por seus serviços, a cooperativa começou a diversificar a produção, passando a confeccionar também artigos de cama, mesa e banho, além de peças denominadas por elas de “modinha”, que se tratam de vestuário em geral.

Todas as cooperadas costuram, mas elegeram uma diretora executiva e financeira, para resolver algumas questões, sendo que ambas têm a mesma remuneração que todas, sem nenhum acréscimo pelo serviço.

Elas dividiram o horário de trabalho em dois turnos , de 08:00hs às 13:00hs e 13:00hs às 17:00hs, que pode ser prorrogada conforme a necessidade do trabalho.

A exemplo da eleição de diretoria, todas as decisões são tomadas pelo grupo, em reuniões, através do voto aberto, com vitória da maioria, como prega os princípios da economia solidária, embora às vezes ocorram conflitos, normais no processo.

Em relação ainda a produção, as cooperadas fazem controle de qualidade, umas em relação ao trabalho das outras, sendo muito cuidadosas ao entregar um produto perfeitamente acabado.

Os preços praticados são avaliados de acordo com o custo, mas com uma atenção especial em observar também o preço de mercado, fazendo algumas vezes pesquisa antes de fixá-los.

Recentemente o CECOM adquiriu e reformou um imóvel para funcionamento da Coopercorte, adaptando-o para as necessidades da cooperativa, principalmente na parte elétrica. O imóvel, que proporcionou uma ótima estrutura para as trabalhadoras, é cedido em regime de comodato, sendo que o fato de não pagar mais aluguel é um grande alívio para as participantes.

Porém, o período de mudança foi muito difícil para elas, que não previram os problemas em relação à instalação elétrica e hidráulica.

A reforma resultou em dois meses sem possibilidade de trabalho, já que as máquinas industriais não podiam ser utilizadas, o que resultou em grandes perdas, com várias recusas de serviços por parte da cooperativa.

Esse foi apenas um dos fatores citados pelas cooperadas, como motivo causador para a cooperativa ainda não conseguir ser a principal fonte de sustento de suas cooperadas, tendo em vista que as retiradas, quando podem ser feitas, são inferiores a um salário mínimo.

Na verdade, a demanda pelas peças produzidas na cooperativa ainda não é suficiente para originar renda de um salário mínimo sequer, tendo em vista que o montante deve ser igualmente dividido entre todas as participantes.

Esse fator serve sem dúvida como desestimulante para as cooperadas, que pertencem a uma faixa baixíssima de renda, sendo que todas as entrevistadas declararam ter renda familiar entre um e dois salários mínimos.

Isso inclusive foi o motivo da saída de algumas cooperadas que não queriam, ou não podiam aguardar que a cooperativa proporcionasse renda, buscando então empregos ou ocupações que suprissem suas necessidades imediatas.

As atuais participantes, no entanto demonstram grande entusiasmo pelo empreendimento, enumerando diversos fatores que tornam a cooperativa fundamental em suas vidas, como por exemplo, o aprendizado inegável que elas obtiveram no projeto, não só nos cursos que fizeram, como no dia a dia, ao trocarem experiência umas com as outras.

Outro ponto positivo citado foi o próprio fato de terem uma ocupação, já que anteriormente ao projeto a maioria das entrevistadas, 72,72%, não exercia atividade profissional, ou seja, eram donas de casa. Para elas, participar de uma cooperativa tem sido extremamente estimulante, rendendo a elas um grande aumento em sua auto-estima, conforme declarado por D. Jucimeire: “Eu faço parte de uma cooperativa. Isso aumentou minha auto-estima... me senti gente. Eu acredito que isso aqui vai dar muito ainda, com nossa dedicação”.



FIGURA 4- Cooperada
Fonte: Elaboração própria

Considerando ainda a dificuldade dessas mulheres para se inserirem no mercado de trabalho, tendo em vista a baixa escolaridade delas, aliada ainda ao fator idade, desfavorável para a maioria, que já têm mais de 35 anos, pode-se perceber a importância do empreendimento, que representa uma chance de se tornarem mais produtivas para a família e a sociedade.

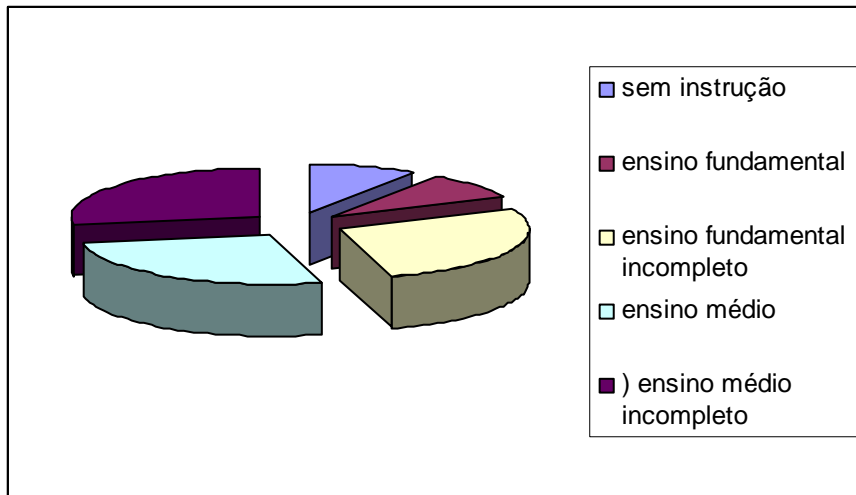


GRÁFICO 14- Escolaridade Das Cooperadas-2007

Fonte: pesquisa própria



GRÁFICO 15- Faixa Etária Das Cooperadas

Fonte: pesquisa própria

Várias delas relataram que anteriormente ao projeto, passaram anos à procura de um emprego formal, não obtendo sucesso, com exceção de alguns serviços temporários.

Então, independente da questão financeira, as cooperadas consideram a montagem e manutenção da Coopercorte uma vitória para todas elas, no campo profissional e pessoal.

Além disso, existe entre elas forte esperança de que, sanados os problemas pelos quais estão passando no momento, a cooperativa se fortaleça economicamente, gerando uma renda maior para elas, significativa para o sustento de suas famílias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos de economia solidária surgem como uma tentativa de implantar uma nova forma de produção, menos excludente que o sistema capitalista dominante, para suprir as lacunas deste, gerando ocupação e renda para uma parcela da população que encontra dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal.

Embora tenham crescido em número e importância, se fortalecendo, e atraindo cada vez mais atenção e apoio de diversas organizações, esse tipo de iniciativa ainda não está amadurecido o suficiente para cumprir o pretendido, conforme dados apresentados.

A grande maioria dos EES não consegue proporcionar aos associados uma renda equivalente a um salário mínimo, levando seus participantes a precisar de outra fonte de renda para complementar o sustento da família, como inclusive é o caso das cooperadas da Coopercorte, que dependem em sua maioria das rendas dos maridos, para manutenção de suas famílias, enquanto outras fazem alguns serviços paralelos.

Isso é consequência das várias dificuldades que eles encontram, principalmente em relação aos financiamentos e comercialização de seus produtos, que enfrentam a dura concorrência no mercado capitalista, perdendo muitas vezes para a produção em grande escala.

Porém, levando-se em conta outros aspectos, fica evidente que os EES podem representar melhorias nas vidas dos participantes em curto prazo, no que diz respeito, por exemplo, à ocupação, aprendizado, auto-estima, experiência profissional, elementos valiosos, tendo em vista a baixa escolaridade da maioria dos participantes.

Em relação à Coopercorte, as participantes ao entrarem tinham pouca, ou nenhuma qualificação profissional, com alguma experiência em costura artesanal. Hoje elas têm conhecimento técnico de costura industrial, habilidade para confecção de diversos tipos de peças, além de algum conhecimento na área de administração, já que são igualmente responsáveis pelas decisões da cooperativa, independente de algumas assumirem maiores responsabilidades.

E ainda, em longo prazo, o amadurecimento dos empreendimentos, bem como os incentivos que eles têm recebido recentemente, como o apoio governamental, pode ter como resultado a geração de renda esperada, aliada aos outros fatores já proporcionados pelos empreendimentos.

Por tudo isso, reunir-se para formar uma cooperativa popular, pode representar na vida de muitos que estão excluídos do mercado de trabalho formal, a diferença entre estar desocupado e ocupado; entre ter uma renda própria, ou ser dependente de outros; entre estar sozinho na tentativa de ser produtivo para a sociedade e a família, ou contribuir para uma produção coletiva; entre se sentir útil ou inútil.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. Situando a Economia Solidária. Economia Solidária: Desafios Para um Novo Tempo. **Cadernos FLEM**, Salvador, n. 5. p 19-31, 2003.

ARRUDA, Marcos. **Globalização e Desenvolvimento Comunitário Autogestionário**.1998. Seminário-resumo. Disponível em www.fcprj.org.br/textos.htm, acesso em 12/04/2006.

ARRUDA, Marcos. **A Outra Economia**. 2002. Trabalho Emancipado (verbete). Disponível em: www.fcprj.org.br/textos.htm, acesso em: 12/04/2006.

BAIARDI, Amílcar; MENDES, Janúzia. Inovação Tecnológica e Trabalho: Evolução e um Breve Enfoque Sobre a Contemporaneidade do Relacionamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9, 2004. **Anais...** Uberlândia, 2004. Disponível eletronicamente em: www.ie.ufu.br, acesso em: 12/04/2006.

BALANCO, Paulo ; PINTO, Eduardo Costa; MILANI, Ana Maria. **Crise e Globalização no Capitalismo Contemporâneo**: Alguns Aspectos do Debate em Torno dos Conceitos de Estado-nação, Império e Imperialismo. Disponível em: www.nec.ufba.br/artigos. Acesso em: 12/04/2006.

BASTOS, Vânia Lomônaco. **Para Entender a Economia Capitalista**. 3 ed. Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego- MTE. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: SENAES. 2006. Disponível em: www.mte.gov.br Acesso em: 16/07/2006.

DILLARD, Dudley. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes**. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia solidária e Economia Popular: Trançando Fronteiras Conceituais. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador, v. 12, n 1, p. 09-19, 2002.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara,1986.

LAVILLE, Jean-louis. Fato Associativo e Economia solidária. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**.Salvador, v. 12, n.1, p. 25-34, jun. 2002.

MARX, KARL. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: _____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 339-381. (Coleção Os Economistas).

NASCIMENTO, Cláudio. A Autogestão e o Novo Cooperativismo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE AUTOGESTÃO, 2003. **Anais...** Joiville, 2003. Disponível em: www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_autogestaocooperativismo . Acesso em: 16/07/2006

NUNES, Débora. A Construção de uma Experiência de Economia Solidária num Bairro Periférico de Salvador. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador, v. 12, n.1, p. 25-34, 2002.

OLIVEIRA, Marcos Fábio M.; RODRIGUES, Luciene. **Capitalismo: da Gênese à Crise Atual**. Belo Horizonte: Unimontes. 1999.

POCHMANN, Marcio. Sistema único de inclusão social. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 de outubro de 2002.

RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas de Geração de Emprego e Renda: Justificativas Teóricas, contexto Histórico e Experiência Brasileira**. Brasília: UNB, 2003.

SALM, Cláudio L; FOGAÇA, Azuete. Tecnologia, Emprego e Qualificação: algumas Lições do Século XIX. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 4, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOARES, Luiz Carlos. O Mecanicismo e as Bases Intelectuais da Revolução Industrial Inglesa. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 27, n. 25, p. 103-133, 2001.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO**ENTREVISTA INDIVIDUAL COM COOPERADOS**

Nome: _____

01-Sexo do Entrevistado (a): 1.() Masculino 2.() Feminino

02- Idade do Entrevistado (a):

- 18 a 22
- 23 a 26
- 27 a 30 anos
- 31 a 34 anos
- mais de 35 anos

09 – Qual a sua renda familiar?

- entre 1 e 2 SM
- entre 3 e 4 SM
- mais de 4 SM

03- Escolaridade do Entrevistado (a):

- sem instrução
- ensino fundamental
- ensino fundamental incompleto
- ensino médio
- ensino médio incompleto
- ensino superior
- ensino superior incompleto
- outros. _____

04- Renda anterior à cooperativa

- de um salário mínimo
- 1 salário mínimo
- 2 salário mínimo
- 3 salário mínimo
- outros

05- Renda na cooperativa

- de um salário mínimo

- 1 salário mínimo
- 2 salário mínimo
- 3 salário mínimo
- outros

06- Você possuía ocupação anteriormente?

- Sim
- Não

07 - você tem filhos ?

- Sim
- Não

08- Se sim, Quantos ?

- 1
- 2
- 3
- outros

10-Tempo de trabalho no empreendimento _____

11-Quando entrou para a cooperativa, você já possuía habilidade/conhecimento anterior na área (costura)?

12- Além da parte de produção, você desempenha outras atividades dentro da cooperativa? Isso é estimulado dentro dela?

13-Ocorre participação efetiva dos trabalhadores no processo de tomada de decisões? De que forma?

14-Como é a relação entre os trabalhadores? Existe alguma forma de competição?

15- Qual a importância de sua remuneração para o sustento da família?

16- O que o trabalho na cooperativa possibilitou de melhoras em sua vida?